



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE  
PROCURADORIA

---

**Parecer – GGZ.**

**PROCESSO:** 4069/2025

**INTERESSADO:** CPJR

**ASSUNTO:** requerimento de parecer acerca do Projeto de Lei nº 59/2025.

**PARECER JURÍDICO**

Senhor Presidente

1. Trata-se de requerimento formulado pela Comissão Permanente de Justiça e Redação, no qual solicita a elaboração de parecer jurídico por esta Procuradoria acerca do Projeto de Lei Complementar nº59/2025, que “*Dispõe sobre o reajuste geral anual e aumento real na tabela salarial dos servidores da Câmara Municipal e dá outras providências*”, de autoria da Mesa Diretora da Câmara.

2. **É o breve relatório.**

3. Preliminarmente, importante salientar que a partir do encaminhamento do projeto de lei para parecer jurídico, ocorreu a suspensão de qualquer prazo, em atenção ao previsto no artigo 90, § 4º, do RICMSBO: “§ 4º - Havendo requerimento de consultas a órgãos especializados, ou pareceres técnicos, o trâmite será suspenso até que se culminem os procedimentos necessários.” (grifo nosso).

4. Com a suspensão não há o que se falar em escoamento de todos os prazos sem emissão de parecer, conforme prevê o “caput”, do artigo 44, do RICMSBO, não sendo, portanto, causa para nomeação de Relator Especial.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: V4ZT-AW2E-08VM-0V01



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

---

5. Quanto ao presente Projeto de Lei oriundo do órgão de cúpula do Poder Legislativo, pode-se afirmar que respeita as determinações do ordenamento local, que reproduz as diretrizes constitucionais sobre o tema.

6. Diz a Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

**ARTIGO 83** – Fica assegurada a todo servidor público municipal uma data base na qual os vencimentos deverão ser reajustados ou ajustados, levando em conta os índices inflacionários do período negociado com o Sindicato da Classe.

**Parágrafo único** – Fica estabelecida como data base o dia 1º de maio de cada ano.

7. Assim, podemos dizer que o presente Projeto de Lei está em consonância com o que dispõe a Legislação Paradigma do Município. Isso porque, respeitando o princípio da simetria, a Mesa Diretora da Câmara Municipal é a competente para iniciar o processo legislativo no caso do reajuste dos empregados públicos do Poder Legislativo, considerando o que dispõe o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

8. Com relação aos valores elencados no projeto de lei sob apreciação, sua escolha também é de opção exclusiva do Poder Legislativo, respeitado, no mínimo, o índice de recomposição inflacionária escolhido.

9. Da mesma forma, consta do processo legislativo respectivo a devida declaração de impacto financeiro e de atendimento às normas pertinentes.

10. Diante do exposto, entende-se pela legalidade do Projeto ora apresentado.

Este é o parecer.

Santa Bárbara d'Oeste, 27 de maio de 2025.

**Guilherme Gullino Zamith**  
Procurador Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: V4ZT-AW2E-08VM-0V01



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
PROCURADORIA

---

**Raul Miguel Freitas de Oliveira Consoletti**  
Procurador Chefe

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: V4ZT-AW2E-08VM-0V01



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE**



### **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=V4ZTAW2E08VM0V01> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: V4ZT-AW2E-08VM-0V01**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: V4ZT-AW2E-08VM-0V01